



Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Nuno Miguel Oliveira de Carvalho.

Os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José e Joel Alexandre Neves Marques, estiveram presentes em substituição dos Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino e Paulo Alexandre Cruz Lopes, respetivamente, ficando os pedidos de substituição e os documentos de verificação da legitimidade e identidade dos membros substitutos em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.ºs 1 a 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 5.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 06 de novembro de 2019.**
 - 2. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 20 de novembro de 2019.**
 - 3. Deliberação n.º 01/20 – Proposta n.º 36/2019 – GAP – Aceitação de doação para a comparticipação da compra de mobiliário escolar da Escola de Ivalagne, na Cidade de Quelimane – Moçambique.**
 - 4. Deliberação n.º 02/20 – Proposta n.º 01/2020 – DAF/DICONT – 14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa – Ratificação.**
 - 5. Deliberação n.º 03/20 – Proposta n.º 02/2020 – DAF/DICONT – 15.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 11.ª ao Plano de Atividades e 11.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.**
 - 6. Deliberação n.º 14/20 – Proposta n.º 10/2020 – DAF/DICONT – 16.ª Alteração ao Orçamento da Despesa – Ratificação.**
 - 7. Deliberação n.º 04/20 – Proposta n.º 03/2020 – DAF – Empréstimo m.l. prazo – Investimentos 2019 – Delegação competências, aprovação da minuta e formalização adenda.**
 - 8. Deliberação n.º 05/20 – Proposta n.º 04/2020 – DAF – Empréstimo m.l. prazo – Habitação Social (eficiência energética) – Delegação competências, aprovação da minuta e formalização adenda.**
 - 9. Deliberação n.º 06/20 – Proposta n.º 05/2020 – DAF – Empréstimo de médio/longo prazo – IFRRU2020 - Delegação competências.**

4

10. **Deliberação n.º 07/20/19 – Proposta n.º 06/2020 – DAF – Empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos 2019 - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52.º, RFALEI.**
 11. **Deliberação n.º 08/20 – Proposta n.º 07/2020 – DAF - Empréstimo médio/longo prazo – Habitação social (eficiência energética) - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52.º, RFALEI.**
 12. **Deliberação n.º 09/20 – Proposta n.º 08/2020 – DAF – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo – IFRRU2020 - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52.º, RFALEI.**
 13. **Deliberação n.º 10/20 – Proposta n.º 09/2020 – DAF - Procedimento de contratação de empréstimo de m.l. prazo - Terminal Interface – Adjudicação.**
 14. **Deliberação n.º 11/20 – Proposta n.º 01/2020 – DOM/GAGIAS – Atualização para o ano 2020 do Tarifário de Venda de Água, Saneamento e Outros Serviços e Revisão de Listagem de Preços Unitários para a Execução de Obras e Ramais – Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara.**
 15. **Deliberação n.º 12/20 – Proposta n.º 01/2020 – DCDJ/DIBIM – Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Câmara Municipal de Sesimbra para cedência temporária de espólio do Museu do Trabalho Michel Giacometti.**
 16. **Deliberação n.º 13/20 – Proposta n.º 01/2020 – DES – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho 2019-2021.**
- C) **Período destinado à intervenção do Público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente dos mapas relativos aos despachos proferidos, no âmbito do seu gabinete, Departamento de Administração Geral e Finanças, Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo e Departamento de Urbanismo (Licenciamentos) conforme listagens constantes em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.º s 6 a 10.
- b) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vice-Presidente do mapa relativo aos despachos proferidos, do Departamento de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 11.
- c) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal do mapa relativo aos despachos proferidos, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 12.
- d) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Pedro Pina do mapa relativo aos despachos proferidos, no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 13.
- e) Foi dado conhecimento pelo Sra. Vereadora Eugénia Silveira do mapa relativo aos despachos proferidos, no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades

4

Económicas, conforme listagem constante em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 14.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Presidente – Desejou a todos um bom ano, cheio de saúde, força e esperança. Era esperado um membro para tomar posse para o concelho municipal de segurança que não apareceu, a Sra. Presidente deu início à primeira reunião de câmara do ano, a primeira da década.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Desejou em nome da bancada do Partido Socialista um bom ano, com sucessos pessoais e, que independentemente das diferenças houvesse entendimento entre todos.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, apesar de ser da praxe não deixava de ser sentido, desejava um bom e profícuo ano para a Câmara Municipal de Setúbal, o que significava um bom ano para todos os setubalenses.

Sr. Vereador Manuel Pisco – Disse que se tornassem uma práxis com sentido, faziam sentido os rituais. A primeira abordagem de ano novo fazia sentido para todos, com o desejo que todos pudessem ter um trabalho bom, árduo, e com bons resultados para a população, porque era para isso que tinham sido eleitos. Desejou a todos os Srs. vereadores um bom trabalho e que fosse feito o melhor para Setúbal.

Sra. Presidente – Disse que queria que a sua intervenção ficasse registada em ata:
“Querida saudar a nossa organização da passagem de ano, o “Christmas Fest”, que vai acabar no próximo dia seis de janeiro, e que teve muitas iniciativas com o envolvimento da comunidade local, dos comerciantes, das instituições e do movimento associativo. Muita gente esteve envolvida nestas comemorações natalícias e da passagem de ano. Uma saudação muito especial a todos os nossos trabalhadores que foram incansáveis, e que puseram de pé este natal, com uma menção muito especial para todos aqueles que nos iluminaram, estou a olhar para o Amantino e queria agradecer através dele, o nosso homem da eletricidade e que chefia uma equipa fantástica de eletricitas, a todos aqueles que nos iluminaram, tendo em linha de conta os dias de má memória que foram os dias que antecederam as iluminações de natal com uma empresa que estava em dificuldades, com falta de trabalhadores para colocar as iluminações de natal. De forma a que todos pudéssemos usufruir delas, os nossos trabalhadores da câmara foram incansáveis e fizeram em oito dias aquilo que normalmente uma empresa com três quatro trabalhadores faz quase num mês. Alguns foram requisitados, como é o caso do Amantino, o que é certo é que se juntaram aos cinco ou seis eletricitas sessenta e quatro trabalhadores, sessenta e quatro trabalhadores. Isto tem que ficar dito e registado em Ata. Quase todos os outros trabalhadores, serralheiros, pintores, carpinteiros, canalizadores, os carregadores que são do Luis Liberato, todos os carregadores se prontificaram a ajudar, mais três ou quatro trabalhadores da Junta de Freguesia de São Sebastião que se prontificaram a ajudar, mais um trabalhador da União das Freguesias de Setúbal, todos eles vieram prontamente dizer estamos aqui para ajudar naquilo que for preciso, fazer noites, fim de semana e foram sessenta e quatro, acho notável e inesquecível. Estes trabalhadores todos, quando viram a dificuldade que esta empresa estava a ter, com falta de mão de obra, e a carteira de responsabilidades, que eles assumiram é certo, mas que não foram conseguindo cumprir em relação à nossa câmara, se prontificaram a ajudar, foi só ir buscar o material e esta gente toda pôs de pé a luz, que de facto de alguma forma, iluminou o espírito, deu luz ao espírito de natal, iluminou as nossas ruas, deu colorido, deu calor, deu esperança, e foi extremamente importante para o comércio local, para a restauração local, para o alojamento local, que já



contam os quinhentos e dez e estavam todos esgotados, para os hotéis que praticamente esgotaram, foi extremamente importante. O dinheiro que nós investimos, porque não consideramos um custo, foi um investimento no natal, bem como a decoração de doze edifícios, em que este foi o principal, mas foram doze edifícios que foram contemplados na sua decoração, serviram também para dinamizar esta economia local, e trazer muita gente fora de Setúbal, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa, que vieram visitar o nosso concelho, vieram a estes Paços do Concelho que registaram mais de cinquenta mil pessoas, o que é extremamente importante, dar visibilidade, dar protagonismo aos edifícios municipais, que estavam todos muito bonitos, e como já disse, com realce para este que é a casa mãe de todos os setubalenses e daqueles que nos querem visitar. Estiveram aqui de portas abertas, com uma série de funcionários a encaminhar as pessoas para visitarem o Salão Nobre, a Sala de Sessões. De outra forma as pessoas, normalmente não vêm visitar a câmara, não vêm ver o Salão Nobre ou esta sala, milhares e milhares de setubalenses nunca tinham entrado na câmara municipal e, portanto, o objetivo também é esse, é estar de portas abertas para que as pessoas se sintam em casa, na casa delas, e saberem para que é que pagam impostos, para a sua casa estar bonita e para receber todos aqueles que querem visitar Setúbal, para os receber de portas abertas. Para isso este investimento, repito não foi um custo foi um investimento, que sai dos bolsos de todas as pessoas. Mais uma vez, a todos os trabalhadores que deram luz a esta cidade, a todos os trabalhadores que mantiveram estes equipamentos todos a funcionar e que serviram de guias, quase de guias turísticos, quase todos eles já falam um bocadinho de espanhol, de francês, de inglês, quase todos eles, nem que seja por mimica, toda a gente os entende, basta o carinho, a educação, a simpatia com que recebem as pessoas, que foi extremamente importante. Ainda há pouco estava num estabelecimento e mandaram-me agradecer a duas funcionárias, não vou dizer aqui o nome, vou dirigir-me a elas, que estão cá em baixo no atendimento, a dizer que foram muito bem-recebidas, com muita simpatia e com muita competência, e isto dá-nos muito orgulho e muita motivação para os acarinhar e para reforçarmos aquilo que dizemos, os nossos são os melhores de todos, e não nos cansamos de dizer isto, os nossos são os melhores de todos. No dia vinte e quatro eu telefonava a um trabalhador para pedir a outro trabalhador, que por a caso está à minha frente, para dizer que estavam apagadas umas luzes ao fundo da avenida do Allegro, e nos Ciprestes havia um problema, e esse trabalhador saiu da sua casa no dia vinte e quatro e foi acender as luzes. Muito obrigada mais uma vez Amantino, temos muitos Amantinos, é de facto muito gratificante e muito motivador trabalharmos em conjunto, e sentirmos que a resposta, e que esse trabalho é para as pessoas, é sempre para as pessoas. As pessoas agradecem, porque elas sabem, na rua, ver isso tudo e sabem ver esses esforços, e nós enquanto executivo e gestores dessa confiança da população que votou, agradecemos, também, o caminho que temos feito e partilhado em conjunto. Portanto muito obrigada".

Sra. Presidente – Disse que o dia trinta e um tinha acabado estrondosamente, com milhares e milhares de pessoas na rua e milhares de pessoas na Reboreda, no Bairro Santos Nicolau, no Bairro dos Pescadores, na nova varanda do Bairro dos Pescadores, a verem o fogo, Setúbal tinha estado na rua e tinha acabado em grande o dia trinta e um.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 06 de novembro de 2019

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.



2. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 20 de novembro de 2019

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

3. Deliberação n.º 01/20 – Proposta n.º 36/2019 – GAP – Aceitação de doação para a comparticipação da compra de mobiliário escolar da Escola de Ivalagane, na Cidade de Quelimane - Moçambique

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 02/20 – Proposta n.º 01/2020 – DAF/DICONT – 14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 16 e 17.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

5. Deliberação n.º 03/20 – Proposta n.º 02/2020 – DAF/DICONT – 15.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Orçamento da Receita, 11.ª ao Plano de Atividades e 11.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.º 18 e 19.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o despacho enferma de um lapso, e merecia a respetiva retificação, na medida em que o despacho, referia que essa alteração importava em reforços e anulações, no orçamento da despesa e anulação no orçamento da receita, portanto, o orçamento da despesa não tinha nenhum reforço só tinha anulações, era um lapso que merecia e deveria ser corrigido.

Essa retificação ao orçamento, essa redução de dezoito milhões e a execução histórica que a Sra. Presidente referiu, vinha dar razão à intervenção do Partido Socialista, na altura da discussão do orçamento, particularmente no que se referiu à receita e às outras receitas de capital, esses dezoito milhões eram absolutamente inexequíveis, só retirando do orçamento seria possível ter uma execução histórica, execução em termos reais, seriam sensivelmente os mesmos valores, com uma ou outra pequena alteração face aquilo que tinha sido em anos transatos. Aquilo que se conseguia fazer, e podia melhorar percentualmente a execução era efetivamente essa alteração de final de ano, essa redução de dezoito milhões, sete milhões dos quais eram inclusivamente de investimento, portanto a análise feita por eles e contestada pela CDU na discussão do orçamento para 2019, estava efetivamente correta.

Sr. Vice-Presidente – Disse que estava à espera dessa intervenção, acharia normal se fosse qualquer outro representante de um partido político que não usasse sistematicamente o procedimento das cativações. Mas o Partido Socialista fazia parte de um governo de

cativações, e sabiam que uma boa parte da verba do orçamento não ia ser gasta e aplicada, não entendia como se estranhava um exercício do orçamento que era um documento previsional, e adotar uma medida que era prudencial em relação aquilo que se podia, ou não, vir a gastar. E como sabiam, os gastos, a efetivação de despesa nas autarquias era muito mais variável do que no orçamento de estado. Os entraves que eram colocados à própria despesa pública realizada nas autarquias, os procedimentos que era preciso ter com o Tribunal de Contas, as dúvidas que existiam relativamente aos prazos de execução das despesas e dos investimentos previstos, devia haver uma medida prudencial que previa a possibilidade de execução da despesa, se de todo não se conseguissem concretizar num ano então seria feito o acerto orçamental. Chegando ao final do exercício, sendo verificado que existia verba que não se justificava manter no orçamento, era feito o acerto orçamental, e verificando então em relação à receita obtida e às despesas concretizadas qual seria a necessidade, teriam assim números realistas no final do exercício. Podiam ser apenas previsionais no início do exercício, mas no final poderiam acertar com a realidade do executado, e a realidade do executado iria ter àquela referencia que a Sra. Presidente indicou anteriormente, já tinham conseguido chegar à execução de setenta por cento do previsto, era um bom resultado. Faltavam dez por cento para chegarem à meta e executarem oitenta por cento do previsto. Esse acerto orçamental não merecia nenhum reparo do partido que fazia parte de um governo que fazia cativações no orçamento de estado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que notava com alguma surpresa que o Sr. Vereador Manuel Pisco cativava receita que não existia, pelo menos de acordo com a sua intervenção era o que deixava transparecer, e que colocava no orçamento despesa, não porque a pretendia realizar, mas para que ela constasse no orçamento.

Sra. Presidente – Disse que queria que a sua intervenção ficasse registada em ata:
“Eu perguntava, e já para acabar, se no orçamento do governo do Partido Socialista, quando cativam a receita ela está lá toda, existia toda? Tem a certeza disso? Nas cativações, se tem a certeza disso? Ponto um.

Segundo ponto, é engraçado fazerem este reparo por se dar baixa no orçamento de verba por chegarmos ao fim do ano e esta verba não ter sido utilizada por vários motivos, se tivéssemos tido necessidade de a utilizar ela estava no orçamento. Já agora, acham interessante que para se chegar aos setenta por cento foi preciso anular dezoito milhões, e eu pergunto para chegarem aos setenta por cento, anularam quantos milhões no tempo em que o partido socialista esteve aqui a governar? Nunca passaram dos vinte cinco, trinta por cento de execução. Estão aí as atas, estão aí os orçamentos, nunca passaram dos vinte cinco, trinta por cento de execução, quinze por cento, dez por cento, vinte cinco por cento, no máximo trinta por cento quando executaram. Nem anulando rubricas lá ia. Agora é interessante essa observação, que nós agradecemos, porque com essas observações também podemos deixar registado em ata que, de facto, no tempo do Partido Socialista nunca se passou desta taxa de execução nem com anulações, porque também não havia anulações, não havia nunca anulações. Gostava que me mostrassem só um ano, dos cerca de dezasseis anos que cá estiveram, de alguma anulação, desta limpeza das rubricas, etc. etc. O orçamento não existe, o dinheiro não existe, mas o dos terrenos, o das casas, que Vossas Excelências ponham no vosso orçamento, igualzinho, para conseguirem fazer orçamento também não existia, mas o que é certo é que ele foi voando para encontrarmos a dívida que cá encontrámos. Isso é uma verdade. E nunca houve limpeza de rubricas, nem houve taxa de execução orçamental que ultrapassasse os trinta por cento”.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Disse que podiam ali comparar orçamentos de estado ou diferentes orçamentos de câmara, mas naturalmente não queria deixar de referir que num orçamento não deixava de ser mais importante aquilo que era priorizado na execução, e achava que isso é que era fundamental, isso é que separava as orientações políticas. Achava que o mais importante era o que priorizavam no conteúdo da execução. Setenta por cento era

uma execução superior aos anos anteriores, não ia entrar em termos técnicos, mas gostava que os setenta por cento fosse outros setenta por cento e não esses. Mas isso eram opções políticas.

Sra. Presidente – Mencionou que o Sr. Vereador Nuno Carvalho tinha acabado bem, eram opções políticas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU, 3 votos contra do PS e 1 abstenções do PSD.

6. Deliberação n.º 14/20 – Proposta n.º 10/2020 – DAF/DICONT – 16.ª Alteração ao Orçamento da Despesa – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob os registos n.º 20 e 21.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

7. Deliberação n.º 04/20 – Proposta n.º 03/2020 – DAF – Empréstimo m.l. prazo - Investimentos 2019 - Delegação competências, aprovação da minuta e formalização adenda

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob os registos n.º 22 e 23.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que gostaria de saber quais eram as cláusulas que o Tribunal de Contas considerava ilegais e abusivas, e também qual a redação prevista. Constatava, também, que a minuta do contrato, da qual constava a assinatura da Sra. Presidente, não tinha data.

Sra. Presidente – Disse que tinha a cópia do ofício, e que ia fazer chegar ao Sr. Vereador Joel Marques uma cópia. Era considerado pelo Tribunal de Contas a alteração das cláusulas de todos os bancos que até à data aceitavam esse tipo de clausulado, os bancos trabalhavam com o Tribunal de Contas não só para a Câmara Municipal de Setúbal, trabalhavam para todo o território nacional, e nesse momento o Tribunal de Contas estava a solicitar alteração de clausulado.

Sr. Vereador Joel Marques - Referiu que não punham em causa a existência dessa decisão do Tribunal de Contas, gostariam apenas de saber, porque lhes era pedido que atribuíssem poderes à Sra. Presidente, para aprovação e assinatura de uma adenda a um contrato sendo que não sabiam quais as cláusulas que iam ser alteradas, se a Caixa Geral de Depósitos aceitava essa alteração ou se poderia ser autorizada pelo Banco de Portugal a fazer alterações ao clausulado. Existiam muitos pontos que não tinham sido esclarecidos, que eram omissos.

Sra. Presidente – Mencionou que o Sr. Primeiro Ministro presenteou a Câmara Municipal de Lisboa, com um pedido de alteração de regras do Tribunal de Contas, que era extremamente opressivo para aquela câmara, como para as restantes câmaras, essa notícia veio nos jornais, era extremamente limitador, constrangedor para o funcionamento das propostas da câmara de Lisboa e do Porto, o resto do país não existia, mas estavam a tentar alterar as

regras do Tribunal de Contas, por causa dessas duas câmaras, como as restantes câmaras não se tivessem já queixado na Associação Nacional de Municípios, de tanta pressão por parte do Tribunal de Contas a todas as câmaras do país.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era vereador da Câmara Municipal de Setúbal e a Sra. Presidente, era Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, portanto era sobre Setúbal que ele pretendia esclarecimentos.

Sra. Presidente – Disse que tinha dado um exemplo de como funcionava o Tribunal de Contas, e o que o Sr. Primeiro Ministro tinha feito para resolver esses constrangimentos que permanentemente o Tribunal de Contas colocava em todo o país.

O Tribunal de Contas aceitava essas minutas, tinham feito minutas iguais há um ano e tal, dois anos, tinham ido a reunião de câmara, as minutas eram iguais, tinha que perguntar ao Tribunal de Contas porque já não aceitava essas minutas e queriam outra. A Caixa Geral de Depósitos ou alterava o conteúdo das cláusulas ou tinham que ir para outro banco que aceitasse as alterações das cláusulas que o Tribunal de Contas impunha.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a sua questão não tinha a ver com a resposta do Tribunal de Contas, ou das exigências do Tribunal de Contas, tinha a ver com a elaboração daquela proposta, que era da responsabilidade daquele executivo. Pretendia saber quais eram as cláusulas que o Tribunal de Contas considerava ilegais.

Sra. Presidente – Disse que já tinha respondido, as cláusulas que ele considerava ilegais tinham quatro folhas, e já tinha dito que ia entregar cópia do ofício.

Tinha sido sempre uma minuta “chapa” de tantos outros empréstimos concedidos, à Câmara Municipal de Setúbal e a todas as câmaras, por esse e outros bancos, atualmente não quiseram dessa maneira.

Seriam distribuídas as cópias do ofício.

Sr. Vice-Presidente - Disse que tinha sido submetido ao Tribunal de Contas a minuta de um contrato de empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos. O Tribunal de Contas devolveu e informou que era preciso fazer alterações ao contrato, aquilo que era uma minuta que costumava ser normal, teve mais algumas exigências, o que estava a ser submetido a deliberação eram duas coisas, o Tribunal de Contas tinha pedido a ratificação do contrato com a Caixa Geral de Depósitos, que a Sra. Presidente tinha aprovado ali a vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove, aparentemente faltava essa deliberação da câmara, do executivo, de ratificar essa deliberação. Era essa a minuta existente, que estava com aquela data de aprovação da Sra. Presidente de dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove. O tribunal disse outra coisa, nessa minuta tinham que fazer alterações, o que se estava a solicitar no segundo item da deliberação era que se dessem poderes à Sra. Presidente, para a aprovação e assinatura da adenda que o tribunal reconhecia como adenda, fazendo a correção. Naturalmente que havendo poderes de delegação da câmara na Sra. Presidente para acelerar o processo, assim que chegasse da Caixa Geral de Depósitos, a minuta corrigida, se a Caixa o aceitasse, a Sra. Presidente poderia assinar e a câmara seria informada da minuta corrigida e aprovada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o que estava em causa nessa documentação era o objeto do empréstimo e o valor do empréstimo. E isso foi aprovado em reunião de câmara. O que se estava a tratar era de uma formalização de formalidades que o próprio tribunal colocou, nos termos em que o Sr. Vice-presidente referiu.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU e 4 votos contra, 3 do PS e 1 do PSD.

8. Deliberação n.º 05/20 – Proposta n.º 04/2020 – DAF – Empréstimo m.l. prazo - Habitação social (eficiência energética) - Delegação competências, aprovação da minuta e formalização adenda

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

Sra. Presidente - Disse que o ofício era igual ao anterior.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU, e 4 abstenções do 3 PS e 1 do PSD.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que esse empréstimo visava requalificar um bairro, que tinha sérios problemas e que estava há largos meses a aguardar o visto do Tribunal de Contas, estavam a acelerar o processo de solução desse problema, em termos formais, para ver se conseguiam iniciar a obra o mais rápido possível. Achava relevante que se votasse e apoiasse esse tipo de medidas essenciais à qualidade de vida das pessoas.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que existiam antecedentes diferentes em relação às últimas duas propostas, as votações eram alteráveis no presente caso, a proposta original tinha sido votada favoravelmente pelo PSD, a que dizia respeito a essa minuta, e agora existia uma abstenção porque havia uma informação que estava em falta, e que considerava pertinente. O voto mudava porque eram propostas diferentes e tinham origens diferentes, uma era a favor e outra contra nas propostas originais, e agora a abstenção ocorre fase a um voto favorável que ocorreu nesta proposta porque não tinha visto o respetivo documento, achava pertinente a questão que o Sr. Vereador Joel Marques tinha colocado.

Sr. Presidente – Disse que não estavam a aprovar o empréstimo, o empréstimo já tinha sido aprovado no dia onze de setembro. Referiram que votavam diferente porque eram propostas diferentes, quando não estavam a aprovar nenhum valor, estavam a aprovar a autorização da ratificação da assinatura, da competência, e a autorização prévia do n.º 2 do artigo 52.º. Estavam a aprovar a alteração ao cumprimento de exigências do Tribunal de Contas. No primeiro, estavam a aprovar obras que estavam a decorrer e muitas delas tinham a ver com quadros comunitários. Estavam a confundir autorização de assinaturas e autorização de cláusulas com concessão de empréstimo, isso já tinha sido aprovado. Deviam ter votado contra na altura, e para que as pessoas saibam, tinham votado contra acabar obras comunitárias, abertura de valas, obras no Convento de Jesus, de interfaces, obras dessas. A outra era eficiência energética, só eficiência energética para recuperação dos bairros. O que estavam a aprovar era a autorização para que os bancos pudessem fazer alteração das cláusulas.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Disse que não sabia que alterações tinham sido solicitadas pelo Tribunal de Contas. Não percebia porque isso estava a levantar tanta celeuma, o Tribunal de Contas podia estar a alterar o prazo, o valor, o que quer que fosse, não sabiam, só quando tivesse o documento saberia.

Sra. Presidente – Disse que tinha referido que o ofício era igual. Falando em lógica, o Sr. Vereador não sabia o que o Tribunal de Contas pedia para a primeira, que tinha votado contra, mas também não sabia o que é que o Tribunal de Contas tinha pedido para a segunda, porque o ofício era igual. Portanto, se o ofício era igual qual a coerência de votarem de formas diferentes. Votaram contra o desenvolvimento da Setúbal, contra o bem-estar das pessoas.

Vereador Nuno Carvalho – Disse que tinham ideias diferentes para o desenvolvimento de Setúbal, era certo que em alguns pontos poderiam estar de acordo, como por exemplo, nessa proposta que tinha votado favoravelmente, no entanto a Sra. Presidente estava a colocar em cima da mesa uma questão curiosa, que era dizer que tinham votado contra o desenvolvimento, quando numa proposta tinham votado abstenção e noutra contra, não deixava de ser curioso, primeiro facto que registava, o segundo facto, voltava a dizer, que não sabia o conteúdo, numa proposta de origem tinha votado favoravelmente, tinha decidido abster-se. Não tinha que lhe explicar muito mais, referente a algo que ele próprio não tinha conhecimento, mas ao contrário, achava que lhes era devido uma explicação, se lhes fizessem chegar o ofício a questão ficava resolvida. Provavelmente como dizia não era nada de especial era mera burocracia, eram meros atos corretivos que não alteravam qualquer questão de fundo ao contrato ou à decisão. Não percebia porque consumiam tempo com uma coisa que era simples.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o Sr. Vereador Nuno Carvalho falou na economia de tempo, no entanto, era o que mais falava e tinha feito uma contradição insanável. A regra e a razão que tinha votado contra numa, era exatamente a regra e a razão que devia ter votado na outra da mesma maneira, em coerência absoluta.

Iam continuar a ter propostas dessas, insistia que a questão era formal e que o Tribunal de Contas obrigava a fazer alterações formais. Ia acontecer exatamente a mesma coisa às propostas seguintes, o Tribunal de Contas tinha mudado regras, alguém imaginava que as regras introduzidas pelo Tribunal de Contas iam ferir o interesse público?

O que votavam e aprovavam tinham sido empréstimos com um dado objeto, existiam alterações formais a fazer, que iriam ser feitas e iriam a reunião de câmara no devido momento, depois de estarem feitas.

Lembrava o seguinte, era a primeira vez que entregavam um documento do Tribunal de Contas à câmara em trânsito de diálogo com o Tribunal de Contas, nunca isso tinha acontecido, porque quando estavam em trânsito com o Tribunal de Contas havia por vezes confrontação de opinião legal e o que tinham decidido era que enquanto estava em processo não se entregava, só era entregue quando o processo fechava, era a primeira vez que o iam fazer, era formal, não tinha litigação especial, era conformar um contrato com as regras que o tribunal considerava ser as mais adequadas no momento. Como tinha sido dito, iria ser feito e entregue aos Srs. Vereadores. A Sra. Presidente já tinha dito que ia entregar a carta do Tribunal de Contas, não entendia qual era o problema.

9. Deliberação n.º 06/20 – Proposta n.º 05/2020 – DAF – Empréstimo de médio/longo prazo – IFRRU2020 - Delegação competências

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU e 4 abstenções 3 do PS, e uma do PSD.

10. Deliberação n.º 07/20 – Proposta n.º 06/2020 – DAF - Empréstimo médio/longo prazo - Investimentos 2019 - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52.º, RFALEI

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 27 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU e 4 votos contra 3 do PS, e 1 do PSD.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que gostava de explicar porque tinha votado a favor. Além de existirem algumas obras que já tinham sido realizadas, tratava-se de acelerar o processo para a realização de obras como, a requalificação do troço da Rua Camilo Castelo Branco e da Rua Groot Pombo, requalificação da Rua dos Arcos e Jorge de Sousa, trabalhos de reabilitação complementares das escolas EB1 dos Arcos, Monte Belo, Lavre, Pinheirinhos e São Gabriel, tratar da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e das respetivas rotundas, intervenções no eco parque, tratar da arquitetura e do miolo da rotunda do Largo Miguel Bombarda, placa central da Luísa Todi, e outras zonas cuja iluminação estava a necessitar de intervenções. O que ali estava em causa eram muitas obras absolutamente decisivas e centrais para o nosso município. O facto de se votar a favor permitia acelerar o processo de início dessas obras, votar contra, faria atrasar essas obras tão relevantes para o nosso concelho.

11. Deliberação n.º 08/20 – Proposta n.º 07/2020 – DAF - Empréstimo médio/longo prazo – Habitação social (eficiência energética) - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52.º, RFALEI

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexo à presente Ata sob os registos n.ºs 35 a 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor 6 da CDU, 3 do PS e uma abstenção do PSD.

12. Deliberação n.º 09/20 – Proposta n.º 08/2020 – DAF – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo – IFRRU2020 - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52.º, RFALEI

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 42 a 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 10/20 – Proposta n.º 09/2020 – DAF - Procedimento de contratação de empréstimo de m.l. prazo - Terminal Interface – Adjudicação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 50 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que pelos motivos que já tinha anunciado em reuniões de câmara anteriores, pediu escusa na votação.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



14. Deliberação n.º 11/20 – Proposta n.º 01/2020 – DOM/GAGIAS – Atualização para o ano 2020 do Tarifário de Venda de Água, Saneamento e Outros Serviços e Revisão de Listagem de Preços Unitários para a Execução de Obras e Ramais – Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 57 a 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da CDU e 4 votos contra 3 do PS, e 1 do PSD.

15. Deliberação n.º 12/20 – Proposta n.º 01/2020 – DCDJ/DIBIM – Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Câmara Municipal de Sesimbra para cedência temporária de espólio do Museu do Trabalho Michel Giacometti

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 13/20 – Proposta n.º 01/2020 – DES – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho 2019-2021

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) Período destinado à intervenção do Público

Sr. Augusto Cruz – Disse que tinha entrado em contacto com a Sra. Procuradora Geral da República e estava a tentar que o processo do Sr. Professor Mata Cáceres fosse revisto. Disse que tinha descoberto quem tinha prevaricado todo o processo, pondo em causa a sua dignidade e que a verdade nunca seria esquecida. Contou alguns episódios antigos que se reportavam à altura do Sr. Professor Mata Cáceres.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e quarenta e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 22 de janeiro de 2020, por unanimidade, contém 13 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por: Aldora Poeira
Conferida por: Ana Paula Lico
Revista por: Paulo Hortênsio